



# A Historiografia Latino-Americana Marxista e o Debate Entre Prática e Abstração

Rafael Hansen Quinsani \*

“Em uma situação revolucionária tudo é possível,  
inclusive a vitória da revolução”.  
Florestan Fernandes

**Resumo:** Este artigo analisa a historiografia marxista latino-americana em relação à sua articulação com a historiografia ocidental e destaca a importância do debate entre prática e abstração na sua constituição.

**Palavras-chave:** Historiografia latino-americana; marxismo; teoria e metodologia da história.

**Abstract:** This article analyses the Latin American Marxist historical writing regarding to its articulation to Westerner historical writing and emphasizes the importance of the discussion between practice and abstraction on its constitution.

**Key-words:** Latin American historical writing, Marxism, theory and History methodology.

---

\* Licenciado, Bacharel e Mestre em História pela UFRGS

Em relação às Ciências Sociais na América Latina, o papel da historiografia marxista pode ser analisado com base em dois eixos: na comparação com o desenvolvimento da historiografia marxista ocidental e nas suas relações entre prática e abstração e como o equilíbrio entre estes dois fatores pode ser modificado. Para isso, primeiramente será analisado o desenvolvimento do tema da historiografia marxista ocidental, conforme os apontamentos efetuados por Perry Anderson; em seguida, analisaremos o caso latino-americano e suas peculiaridades (ANDERSON, 1976).

Karl Marx e Friedrich Engels estavam inseridos numa tradição intelectual comum, mesmo com suas divergências internas. Fundamentalmente, não perderam contato com as lutas proletárias de seu tempo, ainda que não existisse uma ligação orgânica, regular e direta entre ambos. Os limites de suas obras eram os limites do movimento operário. Contudo, se suas obras formulam uma teoria econômica coerente, Marx e Engels não alcançaram uma teoria política das estruturas do Estado burguês, e o desenvolvimento de táticas e estratégias das lutas de e para seu tempo foi construído através de uma visão global da realidade econômica, política e social da Europa Ocidental.

A partir da segunda metade do século XIX, tentou-se, de modo sistemático, introduzir um referencial materialista no lugar de um referencial idealista, levando a um declínio da história política e à ascensão, mesmo que moderada, da história econômica ou socioeconômica. Na França, demorou até o fim da Segunda Guerra para que as ideias marxistas fossem incorporadas em qualquer setor da vida intelectual, pois a Escola dos Annales deu conta da mudança de concepção historiográfica incorporando questões e debates do marxismo através de uma influência indireta e difusa.

Ainda hoje, o recurso metodológico a ser efetuado na análise de uma abordagem marxista consiste em separar o dito “marxismo vulgar” do componente marxista na análise histórica. É elemento do marxismo vulgar a interpretação econômica da história, ou seja, a crença de que “o fator econômico é o fator fundamental do qual dependem os demais”. Valoriza-se um modelo da “base e superestrutura”, no qual estas duas categorias estão marcadas por uma relação de dominância e dependência. Também constitui elemento do marxismo vulgar a elaboração de leis históricas que referendam a crença em uma inevitabilidade histórica, estabelecendo uma regularidade rígida nas formações sócio-econômicas<sup>1</sup>. Esse marxismo constitui-se num produto da influência marxista, mas não tem nenhuma ligação com o pensamento de Marx, representando, na melhor das hipóteses, uma seleção das concepções de Marx sobre a história, e, na pior, uma assimilação das mesmas concepções contemporâneas não marxistas, por exemplo: evolucionismo e positivismo (HOBSBAWM, 1998, p. 160). A característica essencial do pensamento histórico de Marx é a de não ser nem “sociológico” nem “econômico”, mas ambos simultaneamente (HOBSBAWM, 1998, p. 166). As relações sociais de produção e reprodução e as forças materiais de produção não podem ser divorciadas. (HOBSBAWM, 1998, p. 167). São as contradições internas dos sistemas sócio-econômicos que fornecem o mecanismo para a mudança que se torna desenvolvimento.

Os autores que seguiram Marx e Engels (Franz Erdmann Mehring, Antonio Labriola, Gueorgui Plekhanov e Karl Kautsky) somente complementaram as obras deles, não tomando por tarefa o seu desenvolvimento. No final do século XIX e no início do século XX, os dias tornaram-se mais conturbados com o capitalismo se desenvolvendo e gestando a Primeira Guerra Mundial.

Dois fatores, o monopólio capitalista e o imperialismo ascendente, influenciaram as análises para um foco econômico, que exigiam uma fundamentação mais sólida. *Lênin* desenvolve a primeira Teoria Política Marxista, sistematizando conceitos, métodos, propaganda, formas de agitação, alianças de classe, a organização partidária e nacional. O atraso no desenvolvimento da III Internacional Comunista e de seus programas custou caro ao posterior desenvolvimento socialista no restante do mundo. Se o Stalinismo caiu como um capuz sobre a cultura soviética, o capitalismo empreendia sua faceta mais violenta, produzindo politicamente uma contra-revolução sistematizada pelos movimentos fascistas que esmagaram e colocaram, sob sua égide, o operariado.

Diferentes contextos marcaram a atuação de marxistas no cenário europeu. Na França e na Itália, eles se encontravam no papel de dirigentes dos partidos e foram responsáveis pela organização da resistência aos fascismos. Na Alemanha, pelo fato de não ter ocorrido uma experiência de resistência significativa e pela posterior divisão do país, a tradição comunista, que se destacava como uma das mais proeminentes no imediato contexto do término da Primeira Guerra Mundial, foi praticamente eliminada em boa parte do operariado. A formação da República de Weimar foi acompanhada de fortes tensões políticas, econômicas e sociais. A formação da Liga Espartaquista no interior do Partido Social-Democrata Alemão Independente (USPD) ocasionou profundas divergências e lutas sociais no interior do movimento revolucionário alemão, que viu Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht serem assassinados e as greves serem sufocadas pelas Freikorps<sup>2</sup> (ARAÚJO, 2009, p. 51-74).

No período Pós-Segunda Guerra, a democracia parlamentar integrou-se de forma estável ao mundo industrial, e os regimes sob a tutela da URSS não alternaram suas estruturas de organização. Nesse cenário, ocorreu uma radical mudança de eixo nos temas abordados pelo marxismo. A separação do marxismo com sua correspondente prática política tem seu ápice na formação da *Escola de Frankfurt*, na qual a trajetória do pensamento transitou da ciência para a filosofia. Esse fator foi acentuado pela sua transferência para os EUA, adaptando-se à ordem burguesa local, revisando e censurando seus trabalhos realizados anteriormente. Assim, a teoria crítica derrapa e renuncia de uma prática socialista para o um viés utópico, num contexto marcado pela ausência de movimentos revolucionários e pela integração da classe operária ao capitalismo e ao Estado de Bem-Estar Social.

A difusão ocorrida nos anos 1950 dos *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, publicados por *Marx* em 1844, inverte a trajetória intelectual do próprio *Marx* iniciada na filosofia, deslocada para a política e finalmente direcionada para a economia. O retorno ao filosófico chega a transpor o pensamento de *Marx*, reinterpretando o marxismo e utilizando o sistema pré-marxista, centrado no pensamento *hegeliano*, como fez Lukács em *História e consciência de classe*. Dentro desse ponto de vista filosófico, a abordagem das artes e de seus elementos estéticos ganha fôlego a partir da década de 1960. Centrada nos meios acadêmicos e portadora de uma linguagem mais especializada e rebuscada, a abordagem filosófica ganha corpo e domina o eixo das análises marxistas, fato que não pode ser descolado da comparação da geração anterior, atuante nos meios partidários, cujas aulas eram uma entre tantas outras atuações na militância do dia-a-dia.

A trajetória marxista latino-americana pode ser verificada de forma mais “condensada” pelo processo histórico e social e por sua relação e dependência sistêmica com o ocidente. Esses fatores influenciaram o caráter do pensamento e o equilíbrio entre abstração e prática. Diferentemente do contexto europeu dos anos 1960, a América Latina enfrentará ebulições, guerrilhas e Revoluções que a diferenciam do resto do mundo.

Se o pensamento marxista tem seu maior desenvolvimento a partir da década de 1920, a própria historiografia latino-americana, como um todo, pode ser pensada dentro de um longo século XX historiográfico, marcado por cinco fases. De 1870 a 1910, ocorre a definição das fronteiras, o desenvolvimento do processo de urbanização e a implementação do modo de produção capitalista. No campo histórico, os eruditos dominam a cena e as definições fronteiriças são acompanhadas por um pensamento nacionalista.

Um segundo momento tem seu período demarcado entre 1910 e 1945. O giro da hegemonia europeia para a estadunidense não se reflete da mesma forma que na economia e na política no âmbito historiográfico, principalmente pelo caráter mais técnico de sua produção científica. Nesse período, ocorre uma queda da influência francesa e a ascensão de outras nações, bem como do desenvolvimento local. Um exemplo claro é o México, caracterizado por uma intensa efervescência cultural no período marcado pelas transformações da Revolução Mexicana e pela imigração de espanhóis fugidos do Franquismo.

Um terceiro momento evidencia-se do final da Segunda Guerra Mundial até o ano chave de 1968, no qual as classes defrontam-se com a possibilidade de uma mobilidade social inédita, e o perfil da historiografia se profissionaliza, redirecionando a abordagem das fontes e as formas de desenvolvimento dos problemas de pesquisa. Até a queda do muro de Berlim, a Europa, principalmente a França, retoma seu prestígio com o avanço da Escola dos Annales. Os últimos anos serão marcados pela tentativa de um diálogo multicultural entre Europa e América Latina (AGUIRRE ROJAS, 2001, p. 73-126).

Dentro do âmbito marxista, o final do século XIX tem como fator de destaque o início da atuação dos imigrantes nos partidos políticos, concentrando a produção marxista, principalmente com a tradução de *Marx* e na realização de uma transição do pensamento anarquista ainda influente para um bolchevismo militante. A partir da década de 1920, tem início, com mais fôlego, o pensamento marxista. Luis Emílio Recabarren, um ativo dirigente de massas no Chile, marca o caráter operário do pensamento marxista. Na Argentina, *Juan Busto* foi o primeiro a traduzir o *Capital* de *Marx*. Aníbal Ponce é marcado pela influência e impacto do pensamento de Sarmiento e pela dicotomia Civilização e Barbárie, mas se destaca, principalmente, pela abordagem criadora com que aplica o marxismo à realidade latino-americana. Emílio Frigoni, no Uruguai, cria em 1911 o *Centro Karl Marx* de Montevideú. Em Cuba, Julio Mella, estudante e um dos fundadores do Partido Comunista Cubano, centra sua atuação dentro de um marco internacionalista, criticando o capitalismo, o imperialismo e questionando movimentos de caráter nacionalista como a APRA peruana.

Diferente da posição defendida por esta instituição, Mariatégui recusa a união do proletariado com outras classes. Seu pensamento une a herança europeia e as tradições indígenas para assimilar do ponto de vista marxista à experiência social das massas camponesas. Em 1932, ocorrerá a única insurreição de massas dirigida por um partido comunista na América Latina. Esse evento ocorreu em

El Salvador, comandado por Farabundo Martí. A revolta camponesa que reuniu cerca de quarenta mil pessoas foi uma resposta a contra-insurgência do governo. Essas ações foram marcadas por uma independência do *Comintern* e por uma descordenação política. Mesmo diante de um contexto como esse - de aspirações e necessidades locais - o programa do partido pregava a destruição da burguesia nacional e do imperialismo<sup>3</sup>, o que mostra a desconexão com as insurgências que se constituíam (LÖWY, 19, p. 11-59).

A *Stalinização* empreendida na década de 1930 sobre os Partidos comunistas latino-americanos ocasiona a constituição de um aparato dirigente hierarquizado, burocrático e autoritário. A linha geral era marcada pela visão da Revolução por etapas e pela análise centrada na existência das quatro classes (proletariado, o campesinato, a pequena burguesia e a burguesia nacional). Metodologicamente, o ponto de vista interpretativo era centrado nas análises econômicas. A linha geral pregou a constituição das Frentes Populares<sup>4</sup>, fator que, na América Latina, levou a realização de alianças diretamente com a burguesia, porque não existia uma social-democracia típica como nos modelos europeus. O anti-imperialismo, outrora fortemente presente nos programas partidários, desapareceu conforme se articulou a aliança antinazista.

Como consequência, ocorre um distanciamento da classe operária, como exemplo do ocorrido na Argentina, onde a aliança contra Perón reuniu, sob a mesma bandeira, os partidos tradicionais, industriais, agricultores e o exército. Os intelectuais, contudo, inseriram conceitos novos no debate acadêmico e político, como o de Modo de Produção. Positivamente, desvelaram tópicos antes encobertos pela historiografia oficial, como as estruturas sociais, a burguesia e a escravidão. Revelaram as condições ocultas nas versões oficiais e tradicionais, como a valorização dos grandes personagens, questionando (ou redirecionando) o caráter nacionalista de outrora. Entretanto, enfrentaram o grave problema da ausência de traduções de Marx e Engels, o que levou ao uso de fontes secundárias (VILLABOY, 2008, p. 335-6).

No final da década de 1950 e na de 1960, quando o contexto europeu é marcado pelo desenvolvimento do Estado do Bem Estar Social, pelo afastamento da classe operária das ações políticas e por um pensamento revolucionário, a América Latina é perpassada por revoluções e movimentos que chegam a executar a luta armada. O exemplo cubano é basilar: um levante que desmente dogmatismos, sejam científicos ou socialistas; uma revolução na qual seus agentes precisavam descobrir pela experiência até onde se deveria ir e onde poderiam chegar. A guerrilha plasmou a mentalidade revolucionária e educou os guerrilheiros para a ação revolucionária. Ela se apresentou no momento em que a Revolução, dentro de uma ordem, não era mais possível, representando e concentrando a necessidade histórica anti-imperialista que uniu a classe trabalhadora (FERNANDES, 1979, p. 53-115).

Assim, a revolução cubana transcende o contexto cubano, mostrando ao restante da América Latina uma conquista dentro de um patamar que parecia inalcançável, mostrando que era possível uma alternativa socialista dentro do continente. Ela responde a uma pergunta que estava na ordem dos anos anteriores: como aplicar o marxismo, ou mais acertadamente, como desenvolvê-lo criticamente a partir da realidade latino-americana? Caso a resposta fosse dada do ponto de vista “*européista*”, dever-se-ia transplantar mecanicamente os modelos europeus, que supõem uma burguesia historicamente progressista,

que visualiza uma estrutura agrária tomada como feudal e um campesinato com tendências ao coletivismo. Caso a resposta adotasse um viés “exotista”, teríamos uma absolutização da cultura latino-americana como no ocorrido no movimento peruano da APRA. Destes dois pontos de vista, o socialismo não estaria na ordem latino-americana. Diferentemente da Europa, o eixo do debate girava em torno da natureza da revolução, de suas preteridas alianças, etapas e vias armadas, constituindo assim o ponto nodal entre teoria e prática (RICUPERO, 1998, p. 55-76).

O debate entre o caráter global ou local da Revolução, reduzido durante a stalinização e presente no início do século na Europa, perpassa toda história do pensamento e ação latino-americana em diferentes níveis de abrangência e pontos de vista. Ser “como os outros” ou ser “como nós mesmos”, modernidade anteposta à identidade (ou, por vezes, em conciliação), são duas antinomias em que podemos enquadrar o pensamento latino-americano desenvolvido no século XX. O viés moderno tem como modelo os países avançados, o elemento tecnológico, a abertura ao mundo e a depreciação do fator indígena, daquilo que é local. O identitário defende o local e valoriza o artístico, o cultural, e busca uma maneira própria de ser de forma mais igualitária (DEVÉS-VALDÉS, 2000, p. 15-21).

Essa dualidade insere a questão da existência e do desenvolvimento de um pensamento marxista latino-americano. O caráter de formação do continente apresenta elementos de desagregação e de união, como a língua e a religião. A adaptação às realidades particulares e a valorização do elemento identitário podem ocasionar a desqualificação da teoria a ponto de torná-la irreconhecível. Entretanto, o pensamento tomado como uma validade universal pode levar a extrema abstração da teoria da realidade. Cabe destacar a importância de incorporar o elemento universal como uma capacidade de se converter em uma força viva, passando de uma teoria para uma universalidade concreta. Esse debate postergou a tomada de si mesmo como objeto de estudo pela historiografia marxista. Analisar o seu desenvolvimento no século XX permite encarar e avançar no desafio de inserção mundial. Refletir sobre o pensamento latino-americano não está descolado da reflexão da cultura latina e de sua civilização, inseridas dentro de um sistema global na posição de periferia, seja econômica ou cultural. Esse caráter condiciona a forma de produção deste pensamento, resultando em aspectos negativos como a adoção de modelos e matrizes explicativos; e em aspectos positivos, como a receptividade a diversas publicações oriundas de diferentes países e línguas.

Ao mesmo tempo, ser latino-americano é ser diferente pela sua constituição histórica na forma de se relacionar com o Estado e com a sociedade. É necessário ser um marxista latino-americano focado nas questões locais e cientes de suas possíveis conexões universais, ao invés de um marxista da América Latina com o foco direcionado para apenas um ponto de vista.

Atualmente, seja no ocidente ou especificamente na América Latina, veicula-se o discurso sobre a morte do marxismo e do pensamento crítico. No entanto, ele não desmoronou junto ao famigerado Muro porque as contradições do capitalismo atual ainda impõem sua superação. Onde há exploração, um pensamento que a referende, corresponda e ordene, deverá sempre haver resistência. Cabe ao marxismo não esquecer e resgatar seus princípios

e contribuições históricas, seu caráter científico, uma ciência histórica na qual o global seja a amplitude do social humano no tempo. Regatar, ainda, a sua dimensão materialista que, mesmo com guinadas culturais, não podem ser explicadas somente pelo seu caráter imaginário sem se considerar as condições materiais. O fator econômico visto não como determinante, mas como uma essência oculta. O ponto de vista da totalidade, integrado a uma perspectiva dialética, na qual os fatos sejam realidades vivas, abertas e em redefinição constante, sempre tendo em vista seu elemento crítico (AGUIRRE ROJAS, p.81-104).

No contexto do final dos anos 1990, era lamentável que “as pessoas interessadas pusessem seus olhos não sobre os livros do próprio *Marx*, senão sobre as glosas de intérpretes e profetas do pós-marxismo” (BUEY Apud PETERSEN, 1999, p. 42-58). Se o tempo histórico entrou na agenda de debates destes últimos anos, cabe a nós descobrir e desvelar o futuro visualizado no passado pelas gerações anteriores que lutaram em contextos revolucionários; ainda, que esta perspectiva de futuro possa voltar aos nossos projetos para que possamos pensar e construir um presente diferente.

## Notas

1. Destaca-se que Marx compreendeu o capitalismo como um modo de produção historicamente transitório que seria derrotado pelas suas contradições internas. As leis históricas, sendo referentes ao modo de produção capitalista, cairiam junto com a derrocada do capitalismo.
2. Tropas formadas por membros não regulares, a maioria oriundos do exército e dotados de caráter anti-revolucionário e anti-democrático.
3. Em sua essência, o Imperialismo é um sistema baseado na desigualdade das relações econômicas mundiais articulando práticas, teorias e atitudes a partir de um centro dominante que governa outros territórios. É pensar, colonizar e controlar terras e pessoas seja pela força, pela colaboração política ou pela dependência econômica e cultural. Desde o século XIX, cultura e Imperialismo se mesclam, produzindo uma sociedade capitalista, burguesa e liberal moldada com base no progresso técnico-científico.
4. O surgimento das Frentes Populares teve início em 1934, na França, realizando coalizões amplas na esquerda, de variados espectros políticos, para compor uma oposição aos fascismos em ascensão. A III Internacional Comunista sinalizou com a indicação de alianças com as burguesias no VII Congresso realizado em 1935, nomeando estas alianças como “Antifascismo democrático”.



## Referências bibliográficas

- AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio Los Aportes del marxismo a la historiografía crítica del siglo XX In: La historiografía en el siglo XX Historia y historiadores entre 1848 y 2025? p. 81-104
- AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio El largo siglo XX de la hisriografía latino-americana contemporánea: 1870-2025? In: América Latina Historia y presente. Red, 2001. p. 73-126
- ANDERSON, Perry. Considerações sobre o marxismo ocidental. Porto: Afrontamento, 1976.
- ARAÚJO, George. Uma revolução que não deve ser esquecida: Alemanha, 1918-1923. História Social, n 17, 2009, p. 51-74.
- DEVÉS VALDÉS, Eduardo. Introducción. In: El pensamiento latinoamericano en el siglo XX. Entre la modernización y la identidad, tomo I. Del Ariel de Rodó a la CEPAL (1900-1950) Buenos Aires: Biblos, 2000. p. 15-21
- FANON, Frantz. Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- FERNANDES, Florestan. A guerrilha e a conquista do poder. In: Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana. São Paulo: Taqueiroz, 1979. p. 53-115
- FONTANA, Josep História dos Homens. Bauru: Edusc, 2004.
- HOBBSAWM, Eric. A Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- \_\_\_\_\_. O que os historiadores devem a Karl Marx? Sobre História. São Paulo: Companhia das letras, 1998. p. 155-170.
- LÖWY, Michel. Puntos de referencia para uma historia del marxismo en América Latina. In: El Marxismo en América Latina (De 1909 a nuestros días) Era, 19.. p. 11-59
- LÖWY, Michel Notas sobre a recepção do Marxismo na América Latina. In: BARSOTTI, Paulo & PERICÁS, Luis Bernardo. (Org) América Latina. História, Idéias e Revolução. São Paulo: Xamã, 1998 p. 11-16
- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Dez hipóteses (e algumas conjecturas) para o conhecimento histórico no próximo milênio. Anos 90, Porto Alegre, n 12, dezembro de 1999. p. 42-58
- RICUPERO, Bernardo. Existe um pensamento Latino-Americano? In: BARSOTTI, Paulo & PERICÁS, Luis Bernardo. (Org) América Latina. História, Idéias e Revolução. São Paulo: Xamã, 1998 p. 55-76
- VILLABOY, Sergio Guerra. Os fundamentos da historiografia marxista na América Latina. In: MALERBA, Jurandir; AGUIRRE ROJAS, Carlos. Historiografía contemporânea em perspectiva crítica. Bauru: EDUSC, 2008. p. 319-353.